

Neoliberalismo e neofascismo no tempo presente: notas sobre a tal crise da democracia contemporânea

Neoliberalism and neo-fascism in the present time: notes on the so-called crisis of contemporary democracy

Felipe Demier*

Resumo

Diferente do que afirmam as interpretações do *mainstream* liberal, a “crise da democracia” contemporânea é, a nosso ver, a expressão de uma crise de hegemonia da burguesia, ou seja, uma crise da dominação burguesa. Trata-se, assim, da dificuldade crescente da classe dominante em preservar, ao menos da maneira como fazia até a crise de 2008, o regime democrático-blindado como a forma ótima e estável correspondente a uma acumulação capitalista cada vez mais total, predatória e destrutiva das condições socioambientais de sua própria reprodução, e que, portanto, dispõe cada vez menos da capacidade de produzir consenso, na medida em que o substrato concreto deste, as concessões às massas populares, é cada vez mais escasso.

Palavras-chave: neoliberalismo; neofascismo; crise da democracia

Abstract

Contrary to what mainstream liberal interpretations claim, the contemporary “crisis of democracy” is, in our view, the expression of a crisis of bourgeois hegemony, that is, a crisis of bourgeois domination. It is, therefore, the increasing difficulty of the ruling class in preserving, at least in the way it did until the 2008 crisis, the armored democratic regime as the optimal and stable form corresponding to an increasingly total, predatory and destructive capitalist accumulation of the socio-environmental conditions of its own reproduction, and which, therefore, has less and less capacity to produce consensus, to the extent that its concrete substrate, the concessions to the popular masses, is increasingly scarce.

Keywords: neoliberalism; neofascism; crisis of democracy

* Historiador e professor da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FSS/UERJ).

1. Crise de hegemonia e crise da democracia

Tanto nos círculos acadêmicos especializados quanto no âmbito do jornalismo político, é cada vez mais recorrente a ideia de “crise da democracia” contemporânea. Em ambos os espaços, por óbvio, há a hegemonia de uma perspectiva liberal-institucionalista que, assustada com a “irracionalidade” das massas que aderem ao “extremismo” e ao “populismo”, não consegue mais do que captar a dimensão epidérmica da questão.¹ Evidentemente – e o caso brasileiro o expressa bem –, os analistas políticos da ordem, como bons *espada-chins mercenários* (Marx, 1975, p. 11) da burguesia liberal-democrática, não fazem mais do que clamar por uma “governabilidade” que combine austeridade e “diálogo entre os poderes”, como se assim a sua declinante democracia estivesse a salvo. Já entre uma intelectualidade crítica, parece haver um predomínio de sugestivos autores que explicam tal crise, sobretudo por uma contraposição entre “neoliberalismo” e “democracia”,² cujo resultado seria um crescente processo de “desdemocratização”. (Brown, 2019) Tais análises (algumas delas orientadas por uma abordagem teórica de sabor neofoucaultiano), embora ofereçam elementos importantes para a investigação do objeto, parecem-nos insuficientes para a sua real apreensão.³

A nosso ver, a tal “crise da democracia” contemporânea, isto é, a crise da *democracia blindada*,⁴ é a expressão, ao nível do político – para recorrermos aqui ao léxico poulantziano –, de uma crise de hegemonia da burguesia, ou seja, de uma crise da dominação burguesa. Vejamos isso de um modo breve.

Já propusemos, alhures, uma relação entre hegemonia e democracia, assim como entre crise de hegemonia e regimes políticos não democráticos. (Demier, 2021b) Sendo a hegemonia, a nosso ver, a possibilidade de, em uma sociedade de massas, uma ou mais frações da classe dominante, como propôs Gramsci (2007), obterem êxito em conquistar o apoio não só dos demais estratos dominantes, como também de amplas parcelas dos grupos dominados – isto é, a possibilidade de as frações dominantes tornarem-se *dirigentes*, de conseguirem apresentar “os seus interesses [particulares] como os interesses de todos os membros da sociedade” (Marx e Engels, 2007, p. 48, nota b) –, pode-se dizer que o modo de dominação pelo qual tal hegemonia se efetiva é a democracia liberal representativa. Dizemo-lo pois é nesta configuração política particular do Estado capitalista, isto é, neste regime político, que, por meio dos seus próprios partidos e instrumentos políticos diretos (o que inclui, cada vez mais, a grande imprensa empresarial), o setor dirigente da burguesia logra realizar uma combinação *relativamente equilibrada entre coerção e consenso*. Embora a primeira ocupe o papel determinante na estrutura de dominação *hegemônica* – como, aliás, ocorre em qualquer formatação do Estado capitalista –, é a forte dosagem *consensual* contida na

¹ Em recente trabalho, o cientista político Luís Felipe Miguel (2022) realiza uma análise crítica de algumas concepções em voga sobre o tema, como a levantada pelos liberais Levitsky e Ziblatt (2018).

² É o caso de autores como Streeck (2018), Brown (2019), Dardot e Laval (2016).

³ Uma crítica a tais concepções foi feita por nós em Demier (2021a).

⁴ Sobre o conceito de *democracia blindada*, ver Demier (2017).

democracia liberal representativa que a distingue das formas de dominação *não hegemônicas*, nas quais a violência é nitidamente predominante e, em alguns casos, é quase exclusiva.⁵

A nosso ver, portanto, é a construção de um regime democrático-liberal, a articulação *relativamente equilibrada* entre expedientes consensuais e coercitivos, o meio político pelo qual se efetiva uma situação histórico-social *hegemônica*; dialeticamente, é a existência de uma situação histórico-social *hegemônica*, a vigência de uma hegemonia burguesa, o que possibilita à burguesia estabelecer sua dominação política de classe por meio de um regime democrático-liberal. Nesse regime, e portanto sob uma hegemonia burguesa, a violência estatal, indispensável e ininterruptamente presente (ainda que de forma potencial), recebe a companhia de ingredientes de natureza *consensual*, os quais costumam cotidianamente aparecer em um primeiro plano. Em outras palavras, afirmamos que *uma dominação capitalista de tipo hegemônica se expressa, em termos de configuração política das instituições estatais, na forma da democracia burguesa*. O bom funcionamento dessa democracia, isto é, o exercício dessa hegemonia burguesa, depende sempre da permanente produção do consenso, da firme coação para com os setores indômitos da classe trabalhadora, assim como também dos velhos métodos da cooptação material, parlamentar e ideológica das lideranças populares.⁶

O consenso, como é sabido, não repousa apenas na ideologia, e sim, também, naquilo que de concreto fundamenta a própria mistificação ideológica (o seu hegeliano *momento de verdade*) e que lhe permite justamente funcionar como ideologia: as concessões do capital às massas populares, o que, em perspectiva histórica, se processou por meio das reformas no interior da acumulação capitalista, muitas vezes pela forma institucional do reconhecimento de direitos civis, políticos e sociais – e a possibilidade e o alcance de cada um destes, vale frisar, estiveram sempre determinados pela etapa histórica do capitalismo e a correlação de forças entre as classes em luta.

Prosseguindo, é possível depreendermos que em momentos históricos nos quais as frações do capital mostram-se sem condições de exercer sua hegemonia, de

⁵ A ideia de que, para Gramsci, a “hegemonia” se constituiria em uma relação *equilibrada* entre coerção e “consenso” – na qual a significativa presença do segundo não retiraria o caráter fundamental da primeira – pode ser encontrada, por exemplo, em Bianchi (2008). Todavia, outros renomados especialistas em Gramsci, de linhagem *eurocomunista*, trabalharam com a perspectiva de que uma dominação de tipo *hegemônica* estaria baseada fundamentalmente nos aspectos de ordem *consensual*. Ver, entre outros, os trabalhos de Coutinho (1999; 2006).

⁶ “O exercício ‘normal’ da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações –, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre o consenso e a força, situa-se a corrupção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias”. (Gramsci, 2007, p. 95)

colocar sob sua égide política o conjunto da “nação” por meio dos seus próprios partidos e instrumentos políticos diretos, as chances de manutenção da exploração capitalista por meio da democracia parlamentar convencional tornam-se escassas. Pode-se dizer, assim, que em casos de crise de hegemonia – os quais podem ocorrer “ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”, ou porque estas últimas “passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução” (Gramsci, 2007, p. 60) – as bases sociopolíticas do regime democrático liberal representativo, cuja existência corresponde, como vimos, a uma situação *hegemônica*, tendem a se esbarrandar.

Assim, consideramos que a crise da democracia contemporânea, ou seja, a crise da *democracia blindada*, guarda uma relação de determinação dialética com uma crise de hegemonia burguesa, de modo que, se a primeira aparece como uma expressão institucional/extra-institucional da segunda (daí “os ataques às instituições” por parte do que os analistas do *mainstream* chamam de “populismos” ou “extremismos”), os impasses e turbulências verificados naquela acabam por ser, também, o próprio conteúdo desta. Trata-se, assim, da dificuldade crescente da classe dominante em preservar, ao menos da maneira como fazia até a crise de 2008, o regime *democrático-blindado* como a forma *ótima* e estável correspondente a uma acumulação capitalista cada vez mais total, predatória e destrutiva das condições socioambientais de sua própria reprodução, e que, portanto, dispõe cada vez menos da capacidade de produzir consenso, na medida em que seu substrato concreto, as concessões às massas populares, é cada vez mais escasso.

Neste contexto de crise de hegemonia, de crise do funcionamento de uma *democracia blindada* contrarreformista que já quase nada pode oferecer às massas populares em termos de direitos sociais, tornam-se nitidamente mais presentes o recurso a uma ideologia que outrora denominamos de *puramente ideológica*,⁷ assim como um uso cada vez mais intenso da coerção, estatal e paraestatal. Contraditoriamente, as consequências da intensificação da austeridade e da violência empregadas pelas instituições da *democracia liberal blindada* não fazem senão acirrar a própria crise desta democracia, na medida em que, fortalecendo o aparelho repressivo estatal e arruinando as condições sócio-reprodutivas das massas populares, alimentam o crescimento do neofascismo.

Convém ressaltar que embora ocorram lutas e resistências populares ao redor do globo no pós-crise de 2008, em especial da parte dos setores racializados e particularmente oprimidos da classe trabalhadora (negros, imigrantes e mulheres), a crise de hegemonia e a crise da *democracia blindada* não são derivadas – ou pelo menos não são substancialmente – dessas movimentações (em sua maioria defensivas) dos grupos subalternos. Pensamos que é importante assinalar tal aspecto para que a atual crise de dominação política do capital (crise da democracia/crise de hegemonia) não

⁷ A ideologia puramente ideológica é praticamente desprovida do seu hegeliano *momento de verdade* (e aqui se encontram tanto as *fake news* propagadas pela extrema-direita contra as instituições democráticas, quanto aquelas provenientes destas últimas, como o dogma da “necessidade da austeridade”). (Demier, 2019a, p. 32)

seja identificada como uma suposta “crise revolucionária”, decorrente de uma tão desejável quanto onírica “ofensiva do proletariado contra o capitalismo”. Assim, poder-se-ia colocar a questão da seguinte forma: ainda que não haja qualquer ameaça revolucionária no horizonte próximo, ainda que a classe trabalhadora se encontre, portanto, imersa num cenário de sucessivas derrotas desde a eclosão do neoliberalismo e a extinção das experiências burocráticas pós-capitalistas – ou seja, ainda que as massas não tenham passado “subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentem reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução” –, a burguesia monopolista se defronta com uma crescente dificuldade política de efetivar a acumulação capitalista, que exige cada vez mais contrarreformas, austeridade e espoliações, por meio do regime *democrático-blindado*, e o crescimento do neofascismo talvez seja a melhor expressão disso.

Recorrendo novamente às supracitadas linhas de Gramsci sobre a crise de hegemonia, é possível excogitar que, se houve fracasso em “algum grande empreendimento político para o qual [a classe dominante] pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas”, este foi o neoliberalismo. Esse “grande empreendimento político” continha a promessa de que, com a redução dos gastos e serviços sociais do Estado e a retirada de sua alçada de uma série de setores econômicos, haveria um vultoso crescimento econômico a partir do qual o próprio mercado, agora livre das peias estatísticas keynesianas e, portanto, de sua “política” – e a ideologia da *democracia blindada* sempre foi a do tecnocratismo antipolítico –, se encarregaria de melhor alocar os recursos segundo as necessidades (de quem??), promovendo o bem-estar dos indivíduos, todos estes, claro, “cidadãos-empresendedores”. (Mota, 1995) Ocorre que, como podemos verificar diuturnamente nos *mass media*, o neoliberalismo é como um médico que prescreve ao paciente as mesmas substâncias que o fizeram adoecer, mas sempre sob a alegação de que elas foram tomadas em baixas dosagens, e que, desta vez, em maiores teores, a cura virá. Assim, desde a crise de 2008, a única alternativa apresentada pela burguesia monopolista por meio da sua envilecida *intelligentzia*, toda ela atavicamente neoliberal, é ainda mais austeridade, corte de direitos e gastos sociais, financeirização, privatizações, contrarreformas de todo tipo, expropriações e espoliações várias, rebaixamento das condições socio-reprodutivas daqueles que vivem ou tentam viver da venda da sua força de trabalho e mercantilização total da vida e da natureza.

Como decorrência da enorme crise social, a qual a gestão *democrática-blindada* só faz agravar via o acirramento do neoliberalismo (ultraneoliberalismo), emerge o neofascismo que, a despeito das particularidades nacionais, obtém alcance de massas ao se colocar contra o “sistema”, isto é, contra o arranjo democrático-liberal *blindado*, ao passo que se apresenta ao capital monopolista como uma forma política que, justamente por dispensar o que ainda resta de liberdades democráticas naquele arranjo, seria capaz não só de executar as medidas antipopulares que a acumulação capitalista exige, como de o fazer contando com um significativo apoio tanto dos iracundos estratos médios conservadores, como também de massas já por demais descontentes com uma democracia cujas forças políticas preponderantes (grosso modo, liberais e social-democratas) só fizeram – e fazem – arruinar suas vidas. “*This is a dirty job but someone has to do it – and I can do it for you!*”, diz o neofascismo à burguesia monopolista, apresentando-se, ao mesmo tempo, como o principal elemento de crise da democracia-liberal *blindada*/crise de hegemonia e como a única e verdadeira solução

para ela. Trata-se, contudo, de uma solução não-hegemônica, dado que, na configuração de um regime de tipo fascista, os elementos coercitivos superam em muito os elementos consensuais, e justamente por isso a sua natureza eminentemente repressiva.

Destarte, se as alas dominantes da alta e “ilustrada” burguesia – num contexto de crise hegemônica, vale sempre lembrar – parecem seguir optando pela preservação da democracia liberal *blindada* como a melhor forma política de execução das medidas antipopulares requeridas pela acumulação capitalista, o que implica intensificar a blindagem e a coerção da própria democracia (bonapartização do regime), outras alas, a princípio menos poderosas porém talvez majoritárias naquilo que Marx certa feita chamou de “massa extraparlamentar da burguesia” (Marx, 1978, p. 99), parecem já preferir um *fim com terror, do que um terror sem fim!*” . (*ibidem*, p. 103-104) O permanente embate entre as tais “instituições democráticas” e a extrema-direita (esteja ela ou não no controle do Executivo) é a forma pela qual se expressa o conteúdo da crise da *democracia blindada* contemporânea, isto é, a crise de hegemonia de uma burguesia dividida e, talvez, indecisa sobre qual é o melhor regime político para, nas atuais condições, realizar suas *orgias cosmopolitas* (Marx, 1980, p. 61-62) enquanto faz da vida das massas ao redor do mundo uma verdadeira Gaza, onde há muito *choro e ranger de dentes*. (Lucas 13:28-29)

Em meio a esse embate, a democracia torna-se ainda mais *blindada*, fazendo medrar seus aspectos bonapartistas e nutrindo as forças neofascistas. Passemos a isso.

2. Mais umas demãos de blindagem: medidas bonapartistas a serviço do rentismo

Tendo gestado e parido o neofascismo, a burguesia monopolista ultraneoliberal o alimenta constantemente pela intensificação tanto da austeridade e de contrarreformas, quanto da repressão aos seus resultados sociais; ao mesmo tempo, suas frações dominantes (ainda) buscam limitar o alcance das forças neofascistas no interior do regime democrático-liberal em crise. Essa talvez seja a principal contradição atual da *democracia blindada* declinante.

Guiadas pelo ultraneoliberalismo, as ações políticas das frações burguesas dominantes procuram limitar cada vez mais qualquer tipo de já quase inexistente interferência popular nos núcleos decisórios do Estado e, nesse sentido, levam ao paroxismo tanto a blindagem, quanto a própria austeridade – já que solta de quaisquer amarras eleitorais e livre para voar nos céus especulativos do capital financeiro. Estimulando-se mutuamente, blindagem e austeridade, aspectos axiais na origem e desenvolvimento das democracias neoliberais desde o início dos anos 1980, atingem seu fastígio no presente momento.

Desse modo, medidas ultraneoliberais que, desde a crise de 2008, levam a um patamar mais elevado a austeridade vinculam-se dialeticamente à intensificação dos mecanismos de blindagem da democracia. Entre muitos exemplos aqui pertinentes, lembramos das autonomias dos bancos centrais que, com suas taxas de juros decididas por seus tecnocratas a serviço do rentismo, fazem troça dos governos eleitos; da subordinação das economias do sul da Europa às diretrizes fiscais da União Europeia e que produziram contrarreformas nos serviços sociais e demissões no funcionalismo público; de medidas que constitucionalizam por décadas o ajuste fiscal, como o caso

do “Teto de gastos” (PROMULGADA, 2015) instituído no Brasil sob o governo de Michel Temer, fruto de um golpe parlamentar;⁸ e das contrarreformas aprovadas por decretos do Executivo quando nem mesmo os já blindados parlamentos se mostram favoráveis a elas (como no caso da lei previdenciária decretada por Emmanuel Macron, sem aprovação da Assembleia Nacional, e, segundo fontes, rejeitada por três quartos dos franceses). (Cohen, 2023)

Assim, pode-se dizer que à blindagem já atuante e decisiva para a composição de parlamentos e governos praticamente desprovidos de quaisquer segmentos reformistas e, portanto, em grande parte imunizados às reivindicações das massas por direitos sociais efetivos, sobrepõem-se vários outros mecanismos de blindagem, de modo que a institucionalidade fique completamente encouraçada em face de qualquer tipo de pressão popular contrária à austeridade ultraneoliberal. No contexto pós-crise de 2008, a necessidade imperiosa do capital em pôr em movimento as tais contratendências à queda da taxa de lucro e preservar os padrões financeirizados de sua destrutiva acumulação fez com que mais e mais camadas de blindagens fossem sucessivamente adicionadas às já existentes, e a apreensão deste processo mostra-se fundamental para que o crescimento aterrorizante do neofascismo no tempo presente não seja visto como um raio num dia de céu azul, segundo a consagrada expressão *brumariana*.

Como é notório – e viemos assinalamos há mais de uma década em nossa pesquisa acerca da blindagem constituinte dos regimes democráticos na ordem contrarreformista –,⁹ a difusão de uma ideologia neoliberal por parte dos aparelhos privados de hegemonia, com destaque para a grande mídia – e as redes sociais não têm, no geral, se contraposto a tal difusão, e sim a reforçado –, faz com que a enorme maioria dos eleitores sejam moldados por uma subjetividade egoísta e mercantilizada, portando-se majoritariamente nas urnas à maneira que a ciência política utilitarista os concebe *por natureza* – e os finórios cientistas políticos, claro, jamais se põem a questionar a tal “formação das preferências” dos eleitores. (Miguel, 2024) Contribuem também para a constante eleição de legislaturas e governos contrarreformistas e para a marginalização das representações políticas reformistas aspectos como o peso econômico desproporcional entre as campanhas, o destaque desigual a elas dado pela grande imprensa – que se encarrega de decidir quais são as pautas em cada escrutínio – e as restritivas legislações eleitorais. Para além de todas essas determinações que “filtram” a vontade popular nos pleitos eleitorais, livrando-as das impurezas inconvenientes ao contrarreformismo neoliberal, a pressão permanente dos grandes conglomerados capitalistas sobre parlamentos e executivos eleitos (assim como sobre os juízes e magistrados), seu fácil acesso à relativamente autônoma tecnocracia estatal (“os políticos profissionais” citados por Mandel (1982, p. 345), cada vez mais responsáveis, nos marcos do capitalismo monopolista, pelo desenho e execução das políticas de Estado) e a facilidade com que os representantes dos grupos dominados são tantalizados pela dinâmica de

⁸ O “Teto de gastos” se manteve durante o governo Bolsonaro e segue preservado, ainda que abrandado, sob o terceiro governo Lula por intermédio do chamado “novo arcabouço fiscal”. (LEI, 2023)

⁹ Embora a discussão mais completa sobre as *democracias blindadas* esteja no livro *Depois do golpe* (Demier, 2017), o primeiro trabalho publicado que apresenta o conceito é o artigo “Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo”. (Demier, 2012)

apassivamento e concertação da política institucional são alguns dos aspectos que fizeram (fazem) da *democracia blindada* a democracia burguesa *par excellence*.

Ocorre que, conforme antecipamos, nos últimos anos, em especial após a crise de 2008, herméticos aditamentos – alguns deles casuísticos – foram feitos à ordinária blindagem, como pudemos brevemente exemplificar um pouco acima.

Dessa forma, ainda que, ocasionalmente, a blindagem eleitoral seja furada e venha a ter lugar um governo contrário à austeridade e às contrarreformas, este, afora as já mencionadas constantes pressões do capital junto ao parlamento, tecnocracia e judiciário, pode se deparar como acordos firmados entre o Estado e organismos do rentismo internacional – evidentemente não eleitos –, vendo, portanto, suas possibilidades de ação por demais reduzidas. Esse foi, por exemplo, o caso do governo Syriza que, eleito em 2015 com uma agenda antiausteridade se viu em meio às pressões da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (*Troika*) para a realização de severas contrarreformas em troca da liberação de ajuda econômica à Grécia (de modo que o Estado pudesse pagar seus credores internacionais, claro). Diante desse cenário, o governo convocou um plebiscito popular sobre o tema e a vitória popular do “não” às exigências da *Troika* foi simplesmente ignorada. Embora houvesse defendido publicamente a posição vitoriosa durante a consulta popular, o governo de Tsipras acabou por ceder à reação da banca europeia e de sua própria burguesia, mostrando que a blindagem, mesmo quando parecesse superada, mostrasse invencível, na medida em que até os opositores do dogma da austeridade curvassem perfidamente a ele.

Pode ocorrer também que seja eleito um governo que, mesmo que não propriamente reformista, seja visto pelo grande capital como não adequado para a realização das contrarreformas necessárias em determinado momento de crise. Assim, expedientes em tese excepcionais do próprio regime democrático são usados para que, antes que o calendário ofereça a oportunidade de mudança a partir do sufrágio universal, o governo seja removido e outro, disposto a executar a programática ultraneoliberal, tome seu lugar. Foi este o caso do impeachment de Dilma Rousseff no Brasil em 2016, um golpe parlamentar, coonestado pelo Judiciário, em meio a um regime presidencialista, e que, conduzindo o vice-presidente Temer ao poder, simplesmente enviou à lata do lixo os votos dados a presidente por aproximadamente 54,5 milhões de brasileiros. (Demier, 2017)

Ainda quanto à *democracia blindada* brasileira, vale lembrar tanto da já mencionada constitucionalização do ajuste fiscal por vinte anos feita pelo governo de Temer – o que impunha aos governos seguintes a disjuntiva de ou obedecê-lo (como fez de bom grado Bolsonaro sob a gestão econômica do pusilânime Paulo Guedes) ou ter que obter dois terços do congresso para uma emenda constitucional que buscasse anulá-lo (daí que ele só possa ter sido substituído pelo “novo arcabouço fiscal”, também ultraneoliberal, formulado pelo atual governo Lula sob a gestão econômica do austero Haddad) –, quanto da autonomia do Banco Central, aprovada pelo congresso em 2021 e de pronto sancionada pelo então presidente Bolsonaro. Por fim, uma nova variação da blindagem parece ocorrer no país sob o atual governo Lula, quando o grande capital, buscando limitar ainda mais a já adscrita gestão governamental, conduz um movimento político que transfere um certo quantum de poder político do Executivo ao Legislativo por meio das chamadas emendas orçamentárias impositivas do

Congresso.¹⁰ Embora represente percentualmente muito pouco em relação ao total do orçamento, o fato é que, nos marcos do “novo arcabouço fiscal” – uma opção do Executivo, vale lembrar –, as emendas orçamentárias impositivas do congresso funcionam como um elemento de chantagem e negociação deste com o governo (que precisa liberar verbas para tais emendas aos presidentes das casas parlamentares – que as distribui aos congressistas – em troca de votos que aqueles costumam arregimentar junto a estes). Nesta espécie de “bonapartismo às avessas”, segundo a definição sugestiva e um tanto hiperbólica da socióloga Carolina Freitas, parece estar ocorrendo, mesmo que moderadamente, o deslocamento (parcial, no caso) do centro do poder de uma instituição para outra – do Executivo para o Legislativo –, uma possibilidade de manobra da burguesia percebida por Poulantzas ainda ao final dos anos 1960 ao tratar do exercício da hegemonia do capital monopolista nas democracias europeias do pós-Guerra. (Poulantzas, 1971)

Aduzimos ainda, aqui, dois recentes exemplos franceses.

O primeiro, já mencionado, foi a contrarreforma feita em 2023 pelo governo de Emmanuel Macron, que aumentou de 62 para 64 a idade mínima para aposentadoria. Diante de fortes protestos populares e enfrentando resistência na Assembleia Nacional para a aprovação do projeto (já aprovado no Senado), o governo de centro-direita, queixando-se dos parlamentares da extrema-direita que não apoiavam a nova regra previdenciária, lançou mão do artigo 49.3 da Constituição e instituiu por decreto a medida contrarreformista para a alegria do rentismo. (ENTENDA, 2023)

O segundo exemplo ocorreu no ano seguinte, 2024, quando o mesmo governo Macron, derrotado pela extrema-direita nas eleições para o Parlamento Europeu, reagiu dissolvendo a Assembleia Nacional e convocando novas eleições legislativas no país. (APÓS, 2024) Ao que tudo indica, tratar-se-ia de um movimento de Macron visando recuperar força para si e seu campo político, anelando, provavelmente, “unir o país” no apoio eleitoral à centro-direita macronista em função do perigo do neofascismo. No entanto, de um modo um tanto surpreendente, e contrariamente ao que apontavam as pesquisas de opinião, o tiro de Macron saiu pela culatra. Uma aliança costurada às pressas envolvendo a social-democracia *neoliberalizada* (Partido Socialista), setores de centro-esquerda, pequenos agrupamentos anticapitalistas, verdes, o diminuto partido comunista e, sobretudo, o forte agrupamento reformista de Jean-Luc Mélenchon (França Insubmissa, que capitaneou a coligação) acabou vitoriosa no pleito, ficando à frente tanto dos macronistas, quanto dos neofascistas liderados por Marine Le Pen (que amargaram um terceiro lugar). (NOVA, 2024) Contudo, valendo-se novamente das prerrogativas que a Constituição confere ao Executivo, Macron, dispensando a tradição do tal “jogo democrático” no país, mandou às favas o resultado eleitoral e, para evitar dividir o poder com um primeiro-ministro de esquerda (“coabitação”), nomeou para o cargo seu aliado conservador Michel Barnier, bem recebido pela banca. (MACRON, 2024)

Nestes exemplos, ocorridos talvez na mais clássica democracia do “mundo ocidental”, o alto teor da blindagem salta aos olhos. No primeiro deles, nota-se como, não

¹⁰ Na verdade, tal movimento se iniciou ainda durante a pandemia de covid-19, quando Bolsonaro mostrou-se claramente indomável para os setores dominantes da burguesia brasileira. Instituído àquela altura, o tal “orçamento secreto”, com algumas alterações e resistência da parte do Judiciário, segue em vigor.

bastassem todos os já vistos filtros eleitorais do regime, assim como as já também mencionadas condições favoráveis à subsunção dos parlamentares ao grande capital, a *democracia blindada* parece sempre poder fazer mais uma demão de proteção do Estado diante dos reais interesses das massas populares. Assim, quando até mesmo um parlamento majoritariamente composto por forças contrarreformistas e fortemente permeado pela extrema-direita se mostrou, por uma série de fatores conjunturais (entre estes as fortes manifestações populares, principalmente em Paris), indisposto a aprovar uma lei que retira direitos sociais, o regime simplesmente recorreu a um expediente bonapartista e impôs a vontade do capital sobre o seu próprio parlamento, o qual se limitou a não mais do que parlamentar. No segundo dos exemplos acima, depreende-se que, ainda que o caminho repleto de obstáculos antipopulares das sagradas urnas seja apresentado pela democracia vigente como o único caminho legítimo para uma esquerda reformista que pretende se opor à tecnocracia da austeridade e preservar direitos, esta mesma democracia, em caso de vitória dessa esquerda, pode, intensificando *ad hoc* sua blindagem, se valer novamente de uma de suas reservas bonapartistas para simplesmente ignorar as mesmas urnas sagradas com o fito de fazer valer o desejo sagrado do Deus mercado. Apartando, por completo, o *demos* da *kracia*, Macron ofereceu sobre o conteúdo da democracia liberal uma tão clarificante lição que parece ter sido inspirada nas peremptórias páginas de *O Estado e a revolução* – cujo o autor nos deixou há pouco mais de um século.

Acreditamos que por meio dos exemplos oferecidos seja possível notar, nos marcos da crise capitalista aberta em 2008, a íntima associação existente entre a intensificação do neoliberalismo (ultraneoliberalismo) e o incremento da blindagem, de sabor bonapartista, nas democracias contemporâneas. Como sumariaremos de agora em diante, tal dinâmica das *democracias blindadas* acaba por, dialeticamente, engendrar as tendências antidemocráticas da extrema-direita neofascista. Dito de outro modo: ainda que a ala dominante da burguesia, financeirizada e cosmopolita, siga optando pela democracia liberal *blindada* como a melhor forma de dominação político-social e, nesse sentido, se oponha ao neofascismo (que almeja erigir outro regime no lugar da democracia, por mais *blindada* que esta o seja), seu incontrolável afã em impor a austeridade e saltar os direitos das massas contribui, contraditoriamente, para o crescimento daquele. É mister buscarmos apreender as linhas de força determinantes desse contraditório processo que, a nosso ver, está na base da crise de hegemonia/crise da democracia contemporânea.

3. Bonapartização da democracia e avanço do neofascismo

Conforme antecipamos em parte algumas páginas atrás, o avanço do ultraneoliberalismo, com sua programática de austeridade inclemente e contrarreformas sucessivas, provoca precarização das condições laborais, intensificação da exploração, degradação das condições socio-reprodutivas da força de trabalho, desagregação das comunidades de trabalhadores, seu adoecimento físico e mental, crise habitacional, desalento, desemprego, falta de perspectivas, tédio, insônia, ansiedade, epidemia de opioides, regressão estética e violência social, entre tantos outros malefícios à vida civilizada. Nas formações sociais periféricas e dependentes, profundamente desiguais e socialmente fraturadas, tais mazelas são exacerbadas de um modo exponencial, tendo

lugar uma extrema deterioração das condições já mínimas de existência. A fome, a desnutrição, a inanição, a falta de água potável e saneamento básico, o crescimento de enfermidades provocado pela ausência de condições sanitárias, medicamentos, hábitos e cuidados elementares, o analfabetismo funcional, a indigência educacional, o rebaixamento intelectual, a miséria cultural, a lumpenização social, a decadência moral, a ignorância, a insalubridade, o vício, o obscurantismo, os jogos de azar, as apostas, a agiotagem, o tráfico, as milícias, a criminalidade e, sobretudo a violência estatal e paraestatal no campo, nas médias e grandes cidades, conformam um tecido social já deveras esgarçado, puído, roto. A tais aspectos, somam-se, tanto no centro como na periferia (e mais intensamente nesta última), o avanço das expropriações de terra e dos recursos naturais, a devastação das florestas e poluição ambiental, a contaminação do ar e das águas, as catástrofes climáticas e, claro, as guerras civis e nacionais.

Diferentemente do que propugnam certas “narrativas” subjetivistas tão ao gosto de uma militância culturalista, são nessas deletérias condições sociais – e não em um abstratamente genérico “ressentimento do homem branco” (que existe, claro, mas como um produto ideológico de tais condições, e não como um dado subjetivo apriorístico) – em que podemos encontrar as raízes mais profundas da crise de hegemonia burguesa atual no chamado “mundo ocidental”, suas determinações objetivas e precípuas, cuja manifestação tópica, como dissemos, é a crise da democracia (*blindada*), com seu tecido celular em degeneração avançada, como pode ser evidenciado pelo cancro da extrema-direita neofascista.

Como vimos há pouco, os regimes democráticos contemporâneos não demonstram pudores em intensificar sua blindagem antipopular, recorrendo casuisticamente a expedientes bonapartistas quando se trata de fazer valer os conspícuos e austeros interesses do grande capital. Para cortar direitos sociais e assegurar que o fundo público se torne um instrumento quase exclusivo de remuneração do rentismo, as democracias não se furtam em recorrer às suas reservas constitucionais mais antidemocráticas, fazendo com que medidas excepcionais possam facilmente ser invocadas como se ordinárias fossem, caso isso se mostre necessário à manutenção da ordem ultraneoliberal; as tais regras do jogo de que tanto gostam os politólogos liberais são, em nome dessas próprias regras, plácida e cinicamente subordinadas às suas exceções, de modo que a regra primeira do jogo, a satisfação do capital, seja respeitada. Assim, não é de se estranhar que tais regimes sejam vistos pelas massas como o que de fato são, isto é, como um “sistema” cada vez mais impenetrável e cuja vigência concorre para a incontrolável e insuportável degradação das suas condições de vida, a qual ilustramos nos parágrafos acima. Aqui reside, portanto, um dos principais eixos condutores da crise da democracia (*blindada*).

Quanto mais comprometida com o ultraneoliberalismo, mais *blindada* a democracia se torna. E vice-versa: quanto mais *blindada*, mais bem configurada para efetivar o programa ultraneoliberal a democracia se mostra. Cada vez mais ultraneoliberal e *blindada*, mais a democracia faz piorar as condições de existência dos setores subalternos, os quais passam a tomá-la como a forma política (o “sistema”) responsável por sua desgraça social, perpetuada com a regular alternância entre os principais partidos à frente da administração do Estado. A *blindagem* – vista como “a força do sistema” – garante que, independentemente de o governo de turno ser mais ou menos progressista, mais ou menos conservador, o contrarreformismo e a austeridade permaneçam intocáveis.

Ocorre que, para além das medidas bonapartistas utilizadas para reforçar a *blindagem* do regime – cuja finalidade, como vimos, é justamente que este se mostre ainda mais bem formatado para implementar a austeridade e as contrarreformas –, tem lugar também um aumento expressivo da coerção estatal, o que, por sua vez, também concorre para a dinâmica de bonapartização do regime e, por conseguinte, para crescimento das tendências neofascistas no processo político. Em função da sua política de redução dos gastos públicos nas áreas sociais, de sua privatização e de precarização da vida laboral, o Estado capitalista nas *democracias blindadas*, ao acentuar progressivamente a degradação da vida das massas, se vê impelido a reagir violentamente às consequências dessa degradação. Esta reação violenta do Estado contra as consequências do seu próprio ultraneoliberalismo operam em duas dimensões.

Em uma delas, mais propriamente política, se verifica uma violência policial dirigida contra os setores revéis da classe trabalhadora que se organizam por meio de movimentos, sindicatos e partidos para resistir à degradação das suas condições de vida nos seus mais diversos aspectos (aquilo que se costuma denominar de as “múltiplas expressões da questão social”). Assim, desde mobilizações realizadas contra pacotes de austeridade e retirada de direitos até protestos espontâneos de moradores de comunidades periféricas contra a falta de água, luz ou de atendimento médico, o braço armado do Estado aparece como a solução dos gestores da *democracia liberal-blindada* para que a ordem ultraneoliberal contrarreformista seja assegurada. Acompanhando, respaldando e às vezes até mesmo requisitando essa violência política policial, o braço jurídico do Estado ocupa, também, um papel de destaque, e a expressão mais conhecida de sua atuação coercitiva é a chamada “criminalização dos movimentos sociais”. A permanência, em certas *democracias blindadas* pós-ditatoriais, de serviços de informação ligados às forças armadas, assim como sua crescente interferência no processo político, constitui-se como um aspecto importante dessa dinâmica politicamente coercitiva do Estado contra as organizações dos setores subalternos.

Em outra dimensão, não *diretamente* política – mas com rebatimentos nesta arena –, tem lugar uma violência policial voltada contra a violência causada, em última análise, pela mesma degradação social produzida pelo avanço do ultraneoliberalismo contrarreformista. Trata-se, aqui, da repressão policial à criminalidade crescente nas grandes cidades, em especial nas metrópoles periféricas. Como é sabido, essa repressão à criminalidade propriamente dita (em especial ao tráfico de drogas), embora real (não obstante a corrupção policial e a falta de interesse do capital em abolir o tráfico de drogas e de armas), dá-se nos marcos de uma repressão genérica às classes populares, sobretudo aos setores constituintes da superpopulação relativa e que, em grande parte, no atual cenário da acumulação capitalista, mostram-se totalmente descartáveis, sendo a sua simples existência um fardo (econômico, social, psicológico) ao capital. Essa verdadeira “guerra aos pobres”, sobretudo nas democracias da periferia – e o caso do Brasil é exemplar – pode ser vista como uma estratégia burguesa na luta de classes, dado que a eliminação e encarceramento crescentes de parcela do lumpemproletariado, do subproletariado e mesmo do proletariado, em especial de seus setores racializados, funcionam como uma ameaça permanente ao conjunto dos explorados, compondo, assim, um dos eixos da *contrarrevolução preventiva* das classes dominantes na atual etapa ultraneoliberal. Também nesta violência social do Estado, o papel do Judiciário é fundamental, sobretudo no que diz respeito à impunidade das forças policiais, o que serve de estímulo à permanência das atrocidades por elas perpetradas

(vale lembrar aqui dos ficcionais “autos de resistência” cometidos pela polícia militar brasileira, por exemplo). Novamente, a atuação das forças armadas é, em alguns casos, deveras importante, sobretudo quando, ainda que a princípio excepcionalmente, passam a ser requisitadas para garantir a ordem e reestabelecer o controle (temporário) do Estado em comunidades periféricas controladas pelo narcotráfico. A existência em grandes cidades de milícias paramilitares, identificadas mais ou menos abertamente com a extrema-direita, também adquire relevância para o que estamos discutindo.

Desse modo, nos quadros da intensificação da austeridade e das contrarreformas, o recurso permanente por parte das *democracias blindadas* à coerção legal e ilegal contra as massas populares contribui para progressivamente empoderar os organismos estatais propriamente voltados à repressão, como as forças policiais, militares e o Judiciário, o que – ao lado, reforçamos, das medidas cada vez menos excepcionalmente utilizadas pelo Executivo para blindar o regime e garantir as contrarreformas e a austeridade – fortalece as tendências bonapartistas do Estado. Requisitados cotidianamente para salvar violentamente a sociedade neoliberal de sua própria violência, convocados com cada vez mais frequência para desorganizar os setores populares que se organizam para resistir à desordem que o ultraneoliberalismo produz em suas vidas, esses organismos estatais adquirem crescentemente um protagonismo na vida política em meio à crise de hegemonia burguesa.¹¹ Convém assinalar, aliás, que são justamente nesses organismos estatais destacados, nesses aparelhos do Estado capitalista *tout court*, na “força pública” dos “homens armados” (Engels, s.d, p. 226), assim como juízes e procuradores, que os setores médios conservadores encontram seus representantes em meio à sua desconfiança no “sistema” (político).

Assim, essa dinâmica de bonapartização das *democracias blindadas* conduz, em maior ou menor medida, ao crescimento das forças neofascistas, cuja base de massas se encontra justamente nos setores médios conservadores e cujos quadros e lideranças advém, em boa parte, das forças armadas, policiais e do Judiciário – a convergência, no Brasil recente, entre o *lavajatismo* e o bolsonarismo ilustra o que afirmamos

¹¹ Em sua rica análise do processo político francês do período 1848-1851, Marx sugeriu que a ditadura bonapartista se encontrava – ainda que como um elemento latente que poderia ou não se manifestar – inscrita na própria dinâmica política (sobretudo nas crises) da democracia burguesa: “O quartel e o bivaque, porém, que eram assim postos periodicamente sobre a cabeça da sociedade francesa a fim de comprimir-lhe o cérebro e reduzi-la à passividade; o sabre e o mosquetão, aos quais era periodicamente permitido desempenhar o papel de juízes e administradores, de tutores e censores, brincar de polícia e servir de guarda-noturno; o bigode e o uniforme, periodicamente proclamados como sendo a mais alta expressão da sabedoria da sociedade e como seus guardiões – não deviam acabar forçosamente o quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme, tendo a ideia de salvar a sociedade de uma vez para sempre, proclamando seu próprio regime como a mais alta forma de governo e libertando completamente a sociedade civil do trabalho de governar a si mesma? O quartel e o bivaque, o sabre e o mosquetão, o bigode e o uniforme tinham forçosamente que acabar tendo essa ideia, com tanto mais razão quanto poderiam então esperar também melhor recompensa por esses serviços mais importantes, ao passo que através de um mero estado de sítio periódico e de passageiros salvamentos da sociedade a pedido desta ou daquela fração burguesa, conseguiam pouca coisa de sólido, exceto alguns mortos e feridos e algumas caretas amigáveis por parte dos burgueses. Não deveriam finalmente os militares jogar um dia o estado de sítio em seu próprio interesse e em seu próprio benefício, sitiando ao mesmo tempo as bolsas burguesas?”. (Marx, 1978, p. 34-35)

aqui. A ideologia “antissistema”, de cariz antipolítico, é o que galvaniza um movimento de massas reacionário, cuja insatisfação social e desejo sanguinário são vocalizados por *outsiders* neofascistas, e cujo avanço faz soçobrar a estabilidade dos regimes democráticos.

4. Crise da *democracia blindada* e ascensão do neofascismo: a questão das ideologias

Neste processo de *bonapartização* das democracias *blindadas* e de crescimento do neofascismo, as ideologias jogam um papel fundamental. Vejamos isso sucintamente neste último item do presente artigo.

Se, conforme já dissemos, o tal *momento de verdade* sempre foi ausente na ideologia que afirmava ser o neoliberalismo o caminho para o bem-estar do conjunto da população, isto é, se tal ideologia sempre foi *puramente ideológica* dado o sentido contrarreformista do projeto neoliberal (e, por conseguinte, sua dificuldade em oferecer algum substrato material significativo para a produção do consenso), sua vigência em tempos de crise e de ultraneoliberalismo acaba por fortalecer as forças abertamente antidemocráticas.¹² Ocorre, em termos práticos, isto é, na subjetividade das massas populares desorganizadas, uma cisão entre duas ideologias que, desde a origem dos regimes democrático-*blindados*, encontravam-se irmanadas, a saber, a ideologia que apregoa a redução ou até mesmo o fim da intervenção keynesiana e social do Estado, e aquela que afirma ser a democracia liberal (e tanto melhor quanto mais *blindada* ela se mostre) a melhor e, quiçá, a única forma de organização política da sociedade contemporânea.

Assim, nas últimas duas décadas, a defesa da privatização das tais funções sociais do Estado e de sua ausência em termos de planejamento econômico tornou-se, para muitos, a defesa da privatização de todas as dimensões e esferas da vida dos indivíduos-consumidores. Estes, instados pela própria ideologia neoliberal (difundida de modo incontínente pelos aparelhos privados de hegemonia das democracias *blindadas*) a se comportarem como empreendedores, como empresários de si mesmos (Dardot; Laval, 2016), passam, diante da crise social aguda, a agir como adversários mortais uns dos outros na arena do mercado, onde a guerra de todos contra todos seleciona, supostamente pelo mérito e esforço individual, aqueles (cada vez em menor número) que terão acesso a recursos como emprego, saúde, educação, moradia, lazer e mesmo sexo.

No cenário pós-2008, os sujeitos sociais, cada vez mais atomizados e egoístas, portam-se como mônadas concorrenciais para os quais a democracia não é senão um “sistema” que, em função de seus “políticos corruptos” que precisam de votos para permanecer no poder, acaba desequilibrando em favor dos “acomodados” e dos que “não se esforçaram o suficiente” na hobbesiana e lancinante *bellum omnia omnes* que caracteriza a sociabilidade burguesa hodierna. Alegando não haver um lugar ao sol para todos nos atuais tempos de crise – e aqui, dissociada da ideologia democrático-liberal, a ideologia neoliberal encontra o seu hegeliano *momento de verdade*, pois, de

¹² “Os liberais que criticam o novo populismo [neofascismo, para nós] não percebem que a virulência popular é um sinal não do primitivismo das pessoas comuns, mas da fragilidade da própria ideologia liberal hegemônica, a qual, como não consegue mais ‘forjar consensos’, precisa recorrer a um funcionamento mais ‘primitivo’ da ideologia”. (Žižek, 2019, p. 302)

fato, não há, nessa ordem, lugar para todos –,¹³ o neofascismo imputa à democracia a responsabilidade pelo fracasso dos que, mesmo com seu justo esforço e mérito próprio, ainda assim não obtiveram êxito social, pois estariam sendo prejudicados por um “sistema” que, para se reproduzir, protege certos grupos específicos e minorias (negros, imigrantes, migrantes, mulheres, indígenas etc.).

A democracia liberal, enquanto sinônimo de interferência da política – ou simplesmente do “sistema” – na competição entre os indivíduos no mercado, é descrita como um conluio espúrio entre “pobres cuja pobreza é resultado da sua preguiça e conformismo” (e aqui o *coach instagramer* e o pastor neopentecostal trabalham juntos) e políticos oportunistas (normalmente associados ao progressismo e à esquerda) que, por precisarem dos votos daqueles, os agraciam com políticas focalizadas e afirmativas (enquanto ajudam a perpetuar a pobreza em que vivem seus “eleitores ignorantes”). Na gramática da política estadunidense contemporânea, tal noção vai aparecer como uma disputa entre os “*makers*” (“produtores”), aqueles que “trabalham duro, empreendem e pagam seus impostos ao Estado” (o que inclui tanto setores do trabalho – brancos – quanto do capital), e os “*takers*” (“aproveitadores”), que agrupariam os que viveriam às expensas do erário público via políticas assistenciais do Estado e os “políticos do sistema” (liberais, no sentido norte-americano do termo) que as viabilizam. (Braga, 2023, p. 59; Kristol, 2011, p. 136) No amálgama discursivo trumpista, as “elites” financeiras transnacionais (Wall Street), controladoras do “sistema” democrático, comungariam com professores universitários, defensores de direitos humanos, gestores de políticas públicas, feministas, intelectuais e artistas da indústria cultural um mesmo cosmopolitismo e valores morais-sexuais opostos ao “trabalhador nacional” (tratados pelas tais elites, financeira e cultural, como “atrasados” e “tacanhos”) (Fraser, 2019, p. 82-83; Žižek, 2019, p. 306-307); a articulação política entre o cosmopolitismo financeiro e o cultural se daria principalmente no Partido Democrata, particularmente em suas alas mais progressistas. Novamente, notamos aqui como as mais reacionárias ideologias atuais valem-se de elementos verdadeiros, e uma simples olhadela na recente e derrotada candidatura de Kamala Harris (a última versão do “neoliberalismo progressista” de Fraser) é suficiente para asseverar isto. (Fraser, 2019)

É importante apontar como a própria ideologia da *antipolítica*, eixo cultural basilar das democracias *blindadas* desde seu nascedouro, converte-se, assim, em arsenal contra estas quando esgrimidas pelo neofascismo. Já analisamos, alhures, o caráter da ideologia *antipolítica* (em grande parte associada e derivada da ideologia *anticorrupção*¹⁴) enquanto um instrumento funcional à preservação da ordem neoliberal por meio de seu regime preferencial, a *democracia blindada* (Demier, 2017, p. 71-77), e vimos também como, no caso particular brasileiro, ela foi acionada pelas forças dominantes do próprio regime seja para, em uma manobra diversionista, adulterar e derrotar autênticas mobilizações populares por reformas/direitos (Jornadas de Junho de

¹³ Como vem sugerindo em suas recentes comunicações o filósofo Vladimir Safatle. À guisa de exemplo, ver a sua conferência na Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, proferida em 13 de agosto de 2024, e intitulada “A sensibilidade e a construção do mundo”. A conferência pode ser encontrada em: <<https://www.youtube.com/watch?v=0sCrE44rRzs>>. Acesso em: 20/01/2025.

¹⁴ Conforme abordamos em nosso texto “O jacobinismo às avessas: anticorrupção e neoliberalismo na política brasileira atual”. (Demier, 2019a, p. 61-73)

2013),¹⁵ seja para, à maneira golpista, substituir um governo por outro mais adequado à efetivação da agenda ultraneoliberal (impeachment de Dilma Rousseff em 2016)¹⁶ – o que, em ambos os casos, acabou por acirrar a *blindagem* da democracia. Contudo, o que queremos aqui destacar – e nos limitaremos simplesmente a postular a questão –, é como essa mesma ideologia, em função do desenvolvimento predatório do ultraneoliberalismo, passou a, dialeticamente, servir, agora com um tônus mobilizatório permanente, como uma ideologia contrária à própria *democracia blindada*, isto é, ao próprio “sistema”.

Como é amplamente conhecido, o discurso ideológico das *democracias blindadas* sempre afirmou o caráter meramente técnico das políticas neoliberais, isto é, sempre afirmou que tais políticas não seriam propriamente políticas, e sim normas, condutas e decisões inquestionáveis porquanto *economicamente* – o melhor seria *contabilmente* – “racionais”. A opção política pelo neoliberalismo não seria, portanto, uma opção política, uma escolha entre outras possibilidades de ação, e sim a simples manifestação da razão em termos de *administração*. Tratar-se-ia, assim, de técnica, de gestão. A política, então, passava a se limitar à escolha, pelo voto – e, portanto, pela via democrático-liberal –, dos melhores administradores neoliberais, ou seja, daqueles que *tecnicamente* sabiam o que deveria ser feito sem se deixar levar por questões... políticas!

Assim, contraditoriamente, a política era afirmada na forma (eleições, democracia) enquanto era simultaneamente negada em seu conteúdo (disputa de projetos por diferentes setores sociais). O epíteto de “político” era, assim, reservado apenas aos críticos do dogma neoliberal, àqueles que se opunham à austeridade fiscal e às contrarreformas sociais. Qualquer mínima ponderação às políticas neoliberais era taxada como “demagógica”, “populista”, “política”. Locus por excelência dos interesses vis e venais, dos acordos sem princípios, da corrupção e de toda forma de enriquecimento ilícito – eis a mais perfeita representação da política pela ideologia neoliberal. Se até o céu (e não o inferno) parecia ser neoliberal, *a política eram os outros*, parafraseando Sartre. Excluindo do debate público qualquer posição que ousasse questionar a verdade neoliberal, a democracia-liberal *blindada* desencadeou, ela mesma, a tal era da “pós-verdade”, e se hoje seus ideólogos se assustam com as *fake news* propagadas pelo neofascismo deveriam se perguntar o quão *fake* não eram as suas próprias *news* que alardeavam que a privatização dos serviços sociais, o superávit primário das contas públicas, a flexibilização das relações laborais, as contrarreformas previdenciárias, a

¹⁵ “Contudo, desde as Jornadas de Junho, e sobretudo em função da opção burguesa de levar essa ideologia anticorrupção às ruas, isso é, de passá-la da letargia para a euforia, da prostração à mobilização, abriu-se a possibilidade para que os adeptos daquela segunda opção [os que, até então, subjetivados pela ideologia que afirmava serem as instituições da política todas corruptas, optavam por nada fazer], os apáticos e ‘descrentes com a política’, viessem a funcionar como base de massas para alternativas protobonapartistas, dirigidas por procuradores e juízes ‘apolíticos’ imbuídos em uma *cruzada anticorrupção*. O caminho para o bolsonarismo já estava sendo pavimentado”. (Demier, 2023, p. 62-63)

¹⁶ Ver Demier (2017, p. 71-77; 2019b, p. 117-133).

desregulamentação dos mercados, a integração econômica financeirizada entre os países (União Europeia), entre outras panaceias, promoveriam progressivamente o bem-estar das amplas maiorias populares.¹⁷

Evidentemente, tal ideologia conferiu às democracias *blindadas* um teor altamente tecnocrático, e fez da prática política no seu interior algo totalmente insípido, inosso e, sobretudo, desmobilizador. Ora, o que faz o neofascismo ao separar a ideologia neoliberal (fim do papel social do Estado e mercantilização da vida) da ideologia democrático-liberal *blindada* (a alternância eleitoral entre grandes partidos comprometidos com a programática contrarreformista e a vigência das liberdades civis) é precisamente elevar ao ápice a dimensão da antipolítica já contida nos regimes *democrático-blindados* existentes e, assim, substituir a apatia desmobilizadora e tecnocrática por uma *mobilização permanente* de massas voltada contra estes próprios regimes, vistos como um “sistema” comandado por “políticos”, imodificável por dentro (*blindado!*) e responsável pela degradação constante das suas condições de vida. A *antipolítica desmobilizadora* instilada pela *democracia blindada* produziu, e vem cedendo lugar, à *antipolítica mobilizadora* das hostes neofascistas, e o fato de que quem pariu Mateus agora não o queira embalar, como é o caso dos jornalistas e cientistas políticos midiáticos, não muda em nada as coisas.¹⁸

Não à toa, as lideranças neofascistas vão se apresentar – e não importa muito a veracidade do que dizem – como *outsiders*, como “não políticos”, como “antissistema”. O habitat de onde provêm é visto pela pequena-burguesia reacionária, e também pelas massas populares desorganizadas, como um local que, diferente do “mundo da política”, suas regras escusas não teriam lugar. Os demagogos neofascistas são tomados, portanto, como indivíduos que ascenderam pelo seu próprio esforço e mérito, não contaminados pelas práticas obscenas do “jogo político”, e que não precisam prostituir suas convicções em troca de votos.

¹⁷ “Certamente, na visão do internacionalismo neoliberal, que transformara a difusão de ilusões numa arte governamental democrática, a época da pós-verdade só teve início em 2016, o ano do referendo do Brexit e da destruição do clintonismo por Donald Trump. Só depois do fracasso da pós-democracia [*democracia blindada*, para nós] – o fim da paciência massiva com as ‘narrativas’ de uma globalização que nos Estados Unidos beneficiou apenas o 1% superior –, os administradores do ‘discurso’ dominante exigiram ‘controle obrigatório dos fatos’, lamentaram os ‘déficits’ causados, por um lado, pelas garras da economia nacional dirigida e, por outro, pelos cortes nacionais na educação, e exigiram ainda, como solução, testes de aptidão dos mais variados como pré-condição para o exercício do direito de voto”. (Streck, 2019, p. 259-260)

¹⁸ “Gestão, lei e tecnocracia no lugar de deliberação, contestação e partilha democráticas do poder: várias décadas dessa hostilidade multifacetada à vida política democrática geraram em populações neoliberalizadas, na melhor das hipóteses, uma desorientação generalizada quanto ao valor da democracia e, na pior, opróbrio em relação a ela. No entanto, dado que o político foi depreciado e atacado, mas não extinto, enquanto a própria democracia era minguada e desvalorizada, os poderes e energias políticos não democráticos e antidemocráticos em ordens neoliberalizadas inchavam em magnitude e intensidade. Foi desse modo que efeitos neoliberais tais como desigualdade e insegurança crescentes geraram populismos de direita [neofascismos, para nós] enraivecidos e políticos demagogos no poder que não condizem com os sonhos neoliberais de cidadãos pacíficos e ordeiros, economias desnacionalizadas, Estados enxutos e fortes, e instituições internacionais focadas em viabilizar a acumulação de capital e estabilizar a concorrência”. (Brown, 2019, p. 71)

É assim que o magistrado, o militar e o empresário, incluindo aí os mais variados tipos de lumpens e arrivistas, são guindados à condição de bastiões da antipolítica, de líderes antissistêmicos. Se o democrata neoliberal se dizia *não um político, mas um gestor*, agora o neofascista ultraneoliberal, como seu adversário e sucessor, se diz *não um político ou um gestor, e sim um destruidor* (“de tudo que está aí”) – a declaração de Bolsonaro, no início do seu mandato, de que ele e seu governo tinham que “desconstruir muita coisa” é lapidar. (NÓS, 2019) Estas lideranças vão responsabilizar as instituições democrático-liberais, descritas como peças de um “sistema” viciado, corrupto e controlado pelas “elites” e “políticos esquerdistas”, pela crescente ruína, caos, desemprego, desamparo e violência que afligem a vida das massas populares.

É possível notarmos, mais uma vez, como a reacionária ideologia neofascista encerra uma dimensão verdadeira, posto que, inegavelmente, as santificadas instituições democráticas (o “sistema”) efetivamente se comportaram (comportam) nas últimas quatro décadas e meia aproximadamente de acumulação capitalista neoliberal – e é justamente esta dimensão essencial, a do capitalismo neoliberal, que é omitida pela ideologia neofascista – como sólidos e herméticos (blindados) instrumentos políticos para a crescente piora da vida daqueles que vendem ou tentam vender sua força de trabalho. Obscurecendo a natureza capitalista do tal “sistema”, a pestífera ideologia neofascista vem logrando alastrar suas mais deslavadas falsidades entre as massas, mobilizando-as para uma rebelião permanente contra a democracia liberal e em defesa do capitalismo ultraneoliberal – uma espécie de revolta ao mesmo tempo contra o sistema político e a favor do sistema econômico, por assim dizer.

Neste dramático cenário, as forças da esquerda socialista – e o caso do Brasil é novamente exemplar – parecem um tanto perdidas do ponto de vista político, posto que sobredeterminadas pela tarefa imperiosa de derrotar eleitoralmente o neofascismo nos pleitos eleitorais do regime *democrático-liberal blindado*. Em nome desse objetivo sempre urgente, a adesão à tática das “frentes amplas em defesa democracia” vem, ao que parece, assumindo um caráter estratégico, e relegando ao segundo plano (na melhor das hipóteses) a dimensão programática e a independência política da esquerda socialista. Ao invés de atuarem nas lutas sociais buscando combinar um posicionamento anticapitalista com a defesa das liberdades democráticas ameaçadas pelo neofascismo – certamente o nosso principal inimigo –, nossas organizações acabam se posicionando cada vez mais como as primeiras defensoras das “instituições”, como os baluartes de uma democracia em abstrato, como as forças da ordem vigente, isto é, como as últimas fiadoras do tal “sistema”, o qual não é senão a própria democracia liberal *blindada*, que, pela agudização de suas próprias contradições, vem pavimentando o caminho ao neofascismo. Esperamos poder discutir essa dimensão mais propriamente estratégica referente ao nosso objeto em outra oportunidade.

Referências

- APÓS derrota nas eleições do Parlamento Europeu, Macron dissolve parlamento e convoca novas eleições na França. *G1*, 09/06/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/06/09/macron-dissolve-parlamento-e-convoca-novas-eleicoes-na-franca.ghtml>>. Acesso em: 30/09/2024.
- BIANCHI, Alvaro. *O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. São Paulo: Alameda, 2008.
- BRAGA, Ruy. *A angústia do precariado: trabalho e solidariedade no capitalismo racial*. São Paulo: Boitempo, 2023.
- BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.
- COHEN, Sandra. “Entenda como Macron impôs a impopular reforma previdenciária por decreto, sem a aprovação do Parlamento”. *G1*, 16/03/2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/blog/sandra-cohen/post/2023/03/16/entenda-como-macron-pode-impor-a-impopular-reforma-previdenciaria-por-decreto-sem-a-aprovacao-do-parlamento.ghtml>>. Acesso em: 26/09/2024.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Intervenções: o marxismo na batalha de ideias*. São Paulo: Cortez, 2006.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMIER, Felipe. “Houve, uma vez, dois Junhos: luta por direitos, anticorrupção e antipolítica em 2013”. In: FREITAS, C.; BARROS, D.; DEMIER, F (orgs.). *Junho e os dez anos que abalaram o Brasil (2013-2023)*. São Paulo: Usina, 2023.
- DEMIER, Felipe. “Neoliberalismo, democracia liberal e a “crítica crítica” neofoucaultiana: um breve comentário”. *Cisma Crítica*, 5/11/2021a.
- DEMIER, Felipe *A teoria marxista do bonapartismo*. São Paulo: Usina, 2021b.
- DEMIER, Felipe. *Crônicas do caminho do caos: democracia blindada, golpe e fascismo no Brasil atual*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019a.
- DEMIER, Felipe. “Democracia e bonapartismo no Brasil pós-Golpe”. In: CISLAGHI, J.; DEMIER, F. (orgs.). *O neofascismo no poder (ano I): análises críticas sobre o governo Bolsonaro*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019b. p. 117-133.
- DEMIER, Felipe. *Depois do golpe: a dialética da democracia blindada no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.
- DEMIER, Felipe. “Democracias blindadas nos dois lados do Atlântico: formas de dominação político-social e contrarreformas no tardo-capitalismo”. *Libertas*, v. 12, n. 2, ago-dez 2012.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade e do Estado*. Lisboa: Editorial Presença, s.d.

- ENTENDA a manobra utilizada pelo governo de Macron para aprovação de reforma da previdência. *CNN*, 17/03/2023. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/entenda-a-manobra-utilizada-pelo-governo-de-macron-para-aprovacao-de-reforma-da-previdencia/>>. Acesso em: 30/09/2024.
- FRASER, Nancy. “Neoliberalismo progressista versus populismo reacionário: a escolha de Hobson”. In: APPADURAI, A. [et al.]. *A grande depressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, Volume 3. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- KRISTOL, Irving. *The neoconservative persuasion: selects essays, 1942-2009*. New York: Basic, 2011.
- LEI do arcabouço fiscal é sancionada; novo regime substitui o teto de gastos públicos. *Agência Câmara de Notícias*, 31/08/2023. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/993734-lei-do-arcabouco-fiscal-e-sancionada-novo-regime-substitui-o-teto-de-gastos-publicos/>>. Acesso em: 26/09/2024.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- MACRON rejeita esquerda e nomeia conservador Michel Barnier como novo premiê da França, em manobra para se manter no poder. *G1*, 05/09/2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mundo/noticia/2024/09/05/macron-nomeia-michel-barnier-novo-premie-na-franca.ghtml>>. Acesso em: 30/09/2024.
- MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl. *La guerra civil em Francia*. Moscou: Editorial Progreso, 1980.
- MARX, Karl. *O 18 brumário de Luís Bonaparte [e Cartas a Kugelmann]*. Tradução de Leandro Konder e Renato Guimarães. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1978.
- MARX, Karl. *O capital*, volume 1: crítica da economia política. Livro primeiro: O processo de produção do capital. Tradução de Reginaldo Sant’Anna. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MIGUEL, Luís Felipe. *Marxismo e política: modos de usar*. São Paulo: Boitempo, 2024.
- MIGUEL, Luís Felipe. *A democracia na periferia capitalista: impasses do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
- MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90*. São Paulo: Cortez, 1995.
- “NÓS temos é que desconstruir muita coisa”, diz Bolsonaro durante jantar. *Valor Econômico*, 18/03/2019. Disponível em: <<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/18/nos-temos-e-que-desconstruir-muita-coisa-diz-bolsonaro-durante-jantar.ghtml>>. Acesso em: 15/03/2024.

- NOVA Frente Popular: Quem é a coalizão de esquerda que venceu as eleições na França? *Exame*, 08/07/2024. Disponível em: <<https://exame.com/mundo/quem-e-nova-frente-popular-de-esquerda-ganhou-eleicoes-franca/>>. Acesso em: 30/09/2024.
- POULANTZAS, Nico. *Poder político e classes sociais*. Porto: Portucalense, 1971. 2 v.
- PROMULGADA Emenda Constitucional do Teto de Gastos Públicos. *Agência Senado Notícias*, 15/12/2015. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/12/15/promulgada-emenda-constitucional-do-teto-de-gastos>>. Acesso em: 26/09/2024.
- STREECK, Wolfgang. “O retorno dos reprimidos como o início do fim do capitalismo neoliberal”. In: APPADURAI, A. [et al.]. *A grande depressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.
- STREECK, Wolfgang. *Tempo comprado: a crise adiada do capitalismo democrático*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ŽIŽEK, Slavoj. “A tentação populista”. In: APPADURAI, A. [et al.]. *A grande depressão: um debate internacional sobre os novos populismos – e como enfrentá-los*. São Paulo: Estação Liberdade, 2019.

Recebido em 19 de março de 2025

Aprovado em 24 de abril de 2025